



1 2

A salvaguarda do património é um fenómeno internacional

Miguel Brito Correia | Arquiteto

Não é possível determinar com exatidão quando começou o movimento de defesa do património cultural, nem quando é que esse movimento ultrapassou as fronteiras dos países para se tornar um fenómeno mundial. Desde a Antiguidade que encontramos sinais da vontade de preservar os vestígios dos antepassados, embora estes vestígios estivessem (como ainda hoje estão) em constante perigo de destruição.

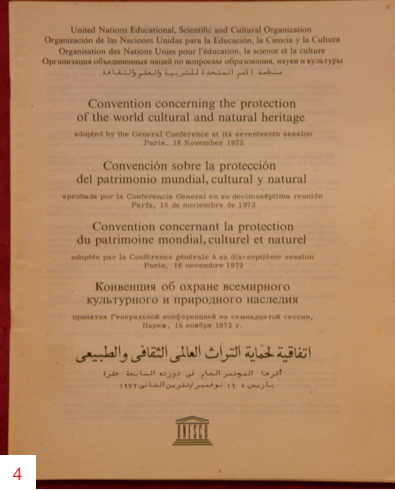
A partir do Renascimento observa-se um interesse crescente pelos vestígios da Grécia e Roma antigas, que lentamente se foi alargando a outras civilizações e períodos históricos. No século XVIII este fenómeno estava consolidado na Europa e, embora houvesse guerras terríveis e destruições de todo o tipo, pode-se dizer que começava a generalizar-se um certo respeito pelas construções antigas. No entanto, foi o século XIX que assistiu ao nascimento de diversas correntes teóricas sobre como intervir nos monumentos, fruto da reflexão sobre as cada vez mais numerosas obras de restauro que se iam executando, e foi neste período que diversos países (eram em muito menor número do que os atuais Estados) foram criando legislação nacional nesta matéria.

Com a crescente rapidez de comunicações e transportes, também a disciplina do restauro de monumentos se difundiu e “internacionalizou”. A internacionalização do património deu-se pelas duas vias, não só se espalhou por cada vez mais países e regiões do mundo, como procurou adotar princípios que fossem aceites por todos: já não só a nível nacional (local) mas também a nível global. As associações de defesa do património nasceram no século XIX, inspirando-se cada país na experiência dos outros. De modo a partilhar experiências, começaram a realizar-se congressos que reuniam um crescente número de adeptos da causa do património cultural.

Um destes foi o *Congresso Internacional para a Proteção das Obras de Arte e Monumentos*, realizado em Paris no ano da inauguração da Torre Eiffel, com a participação de vários países (Brasil, Rússia, Alemanha, etc.). É impressionante a atualidade das resoluções que foram adotadas nesse longínquo ano de 1889: foram propostas (1) a criação de comissões nacionais e internacionais de “Amigos dos Monumentos”; (2) a documentação escrita e gráfica sobre qualquer intervenção em património; (3) a redução da carga fiscal sobre os proprietários de edifícios antigos; (4) o registo

escrito e gráfico dos edifícios demolidos; (5) a valorização dos monumentos pela sua iluminação e abertura ao público; (6a) os monumentos da arte pertencem a toda a humanidade; (6b) o Governo de cada país deve indicar aqueles monumentos, cuja salvaguarda deve estar assegurada em tempo de guerra por uma convenção internacional; (7) as comissões de monumentos devem ser compostas por artistas, arqueólogos e eruditos; (8) a recusa da limpeza excessiva dos elementos arquitetónicos; (11) a criação de uma publicação internacional para ligar os artistas e os estudiosos da arte; (12) a criação de arquivos internacionais de desenhos históricos de arquitetura; (13) o reconhecimento profissional dos conservadores-restauradores; (15) a distinção de empreiteiros especializados no restauro de monumentos; (17) a intervenção mínima para adaptar os monumentos à função de uso; (18) a revisão da legislação sobre exportação de obras de arte; (19) a uniformização das legislações nacionais de proteção do património; e (20) continuar a organizar congressos internacionais.

Um dos sinais da vontade de internacionalizar a salvaguarda do património foi a elaboração de normas internacionais que uniformi-



- 1 | Convento de Cristo, em Tomar.
- 2 | Mesquita-Catedral de Córdoba (Espanha), bem inscrito na Lista do Património Mundial em 1984.
- 3 | Abu Simbel resgatado da submersão pela Barragem de Assuão (Egito, 1959-80).
- 4 | Convenção do Património Mundial (UNESCO, 1972).
- 5 | Placa em Mazagão (Marrocos), bem inscrita na Lista do Património Mundial em 2004.

zassem a legislação dos vários países. Provavelmente, a mais antiga convenção que refere explicitamente a salvaguarda de monumentos, embora tenha sido elaborada para regular a conduta dos Estados em caso de conflito armado, é a *Convenção de Bruxelas* (1874), mas que não chegou a entrar em vigor. Seguiram-se as *Convenções da Haia* (1899) como conclusão da conferência internacional realizada nessa cidade holandesa, na qual participaram 26 Estados, referindo a segunda convenção que, “nos cercos e nos bombardeamentos, devem ser tomadas todas as necessárias e possíveis providências para que fiquem a salvo os edifícios consagrados ao culto, às artes, à ciência e à caridade, os hospitais (...) e o dever dos sitiados é marcar esses edifícios ou lugares por meio de sinais visíveis, anteriormente notificados aos sitiados.” (art.º 27.º).

A destruição causada pela Primeira Guerra Mundial levou à criação da Sociedade das Nações em 1919, que procurou congregar os esforços de cooperação entre os diversos países com vista à paz. Uma das formas de estreitar laços foi através da cultura, tendo sido fundada a Comissão Internacional de Cooperação Intelectual (CICI) que, através do seu

Serviço Internacional de Museus, organizou diversas conferências internacionais, de que realçamos a de Atenas (1931), cujas conclusões são a primeira norma internacional exclusivamente dedicada ao património: a *Carta de Atenas sobre o Restauro de Monumentos*.

O movimento de internacionalização da salvaguarda do património ganha novo ímpeto após a terrível Segunda Guerra Mundial, pela necessidade urgente de reconstrução e pela vontade de restaurar os monumentos, símbolo das nacionalidades abaladas pela guerra. Logo em 1945 foi criada a UNESCO, que sucedeu à CICI, e impulsionou o surgimento de outras organizações como o ICOM (1946), o ICCROM (1957) e o ICOMOS (1965). A UNESCO teve o mérito de coordenar intervenções em larga escala em locais emblemáticos (no Egito, na Indonésia, etc.) e de produzir importantes convenções e recomendações internacionais, de que salientamos a Convenção do Património Mundial (1972) devido ao enorme sucesso que tem tido na divulgação do património cultural e natural.

O ICCROM, com sede em Roma, tem sido um dos principais formadores de profissionais do património, complementado por um crescente

número de universidades que ministram cursos superiores nas diversas vertentes patrimoniais (York 1972, Leuven 1976, etc.). Já pensado no 1.º Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos de Monumentos Históricos (Paris, 1957) mas só concretizado após o 2º Congresso (Veneza, 1964), nasce o ICOMOS há precisamente meio século. O ICOMOS organiza trienalmente simpósios científicos que reúnem os principais especialistas nas diversas áreas do património e tem publicado, na sequência da *Carta de Veneza*, várias Cartas Internacionais sobre cada uma destas áreas (jardins históricos, arqueologia, turismo cultural, etc.).

No âmbito continental têm particular destaque a nível oficial o Conselho da Europa (1949) e a nível não-governamental a federação Europa Nostra (1963). O Conselho da Europa é a instituição mais fecunda na elaboração de instrumentos normativos na área do património cultural e eficaz na sensibilização da opinião pública, através de sucessivas iniciativas como o Ano Europeu do Património Arquitetónico (em 1975) ou as Jornadas Europeias do Património (desde 1985). A Europa Nostra criou um prémio anual que, desde 1978, promove a excelência nas obras de restauro de edifícios. Outro importante meio de divulgação do património tem sido o Dia Internacional dos Monumentos e Sítios, que desde 1982 se celebra em 18 de Abril, por sugestão do ICOMOS e com o apoio da UNESCO.

Este texto é dedicado ao Dr. Khaled al-Asaad, antigo diretor do sítio arqueológico de Palmira (na Síria), assassinado pelo EI em Agosto de 2015.